

# SENTIDOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DO ESTUDANTE / TRABALHADOR<sup>1</sup>

Cláudio Pinto Nunes<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A partir de minha experiência como estudante de escola pública durante toda minha trajetória de formação acadêmica, em que tive de dividir o tempo de estudo com o trabalho, foi-se desenvolvendo em mim uma necessidade de compreender não apenas os motivos, mas, sobretudo, os sentidos da educação escolar na perspectiva do estudante / trabalhador. É por conta disso que o presente trabalho objetiva identificar e analisar os sentidos da educação escolar na perspectiva do estudante / trabalhador. Isto é, busca compreender por que jovens trabalhadores que já garantem o seu sustento com o esforço de seu trabalho continuam ou retomam, apesar das dificuldades, os estudos no turno noturno.

Diante desse contexto a escola tem se posicionado indiferentemente – isto é, na maioria das vezes, não percebeu que o estudante / trabalhador trava, cotidianamente, uma verdadeira luta no sentido de sobreviver em sua dupla função. Por um lado, ele auspiciosamente busca somar uma bagagem teórico-prática advinda da escola, que lhe garanta um futuro mais promissor no campo profissional dos “letrados”. Por outro, ele se depara com as situações reais e inadiáveis que o impelem a dividir o tempo de estudo com o trabalho, na busca de garantir o seu sustento e ajudar o da família, na instância de defender a sua sobrevivência e existência imediatas.

Assim, o universo significativo do aluno e a proposta pedagógica da escola são, de fato, irreconciliáveis, evidenciando uma situação de impessoalidade, dilemática para o aluno. A escola não tem se interessado, muitas vezes, pelo aspecto humano da questão. Para ela não tem tido relevância o conhecimento da história de vida dos educandos, suas expectativas, seu percurso escolar, profissional e familiar. Desse modo, a instituição não sabe quem são, o que sabem e o que querem aprender. Sabe-se apenas o que a ótica capitalista autoritária pretende que eles aprendam em função de seus objetivos economicistas.

Não se conhece, outrossim, o que o estudante /trabalhador (trabalho formal e/ou informal) pensa acerca da escola e da educação como um todo. Quais seriam seus ideais, seus interesses e seus desejos em relação à escolarização. Ou, em outras palavras, quais seriam as razões pelas quais o trabalhador frequenta uma escola. Qual a importância da escola para ele, que muito cedo se percebeu no meio de situações sócio-econômicas que lhe exigiram recursos financeiros que o obrigam a se afirmar profissionalmente muito antes de se tornar profissional escolarizado. Desse modo, a escola pode perder um pouco seu significado para ele, pois já é trabalhador ou pelo menos já se encaminhou para um ramo profissional independentemente de sua formação escolar.

No entanto, não cabe aqui entrar no debate sociológico sob a égide da defesa da educação escolar para o trabalhador, sem levantar maiores considerações sobre a importância dessa escolarização na perspectiva do estudante que, em seu labor cotidiano, já encontrou um campo de trabalho profissional – formal ou informal – independentemente da formação advinda da escola. O trabalho lhe propicia a obtenção de recursos financeiros que, mesmo com baixo nível de escolaridade, lhe possibilita garantir o provimento de suas necessidades básicas diárias e/ou as de sua família.

É neste contexto que impera a necessidade de se compreender a escolarização sob a ótica das condições gerais de existência do estudante / trabalhador, mesmo ancorada na luta de classe intrínseca e permanente do homem sobre o homem, que se legitima, seguindo uma linha de raciocínio marxista, na exploração histórica do homem pelo homem.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

## 2. METODOLOGIA

A partir da vivência e convivência do pesquisador com situações cotidianas – em que sujeitos sociais se dedicam diuturnamente à dupla função de trabalhar e estudar – buscaram-se fontes de estudos bibliográficos no sentido de se estabelecer uma compreensão de tal realidade. Em decorrência desses estudos, foi-se definindo o *modus operandi* da investigação empírica, que não ocorreu como conclusão da pesquisa bibliográfica, mas passou a coexistir com ela. Trata-se, pois, de uma pesquisa de natureza qualitativa, que se utiliza do método etnográfico, em que se têm como instrumentos a entrevista não estruturada, a entrevista semi-estruturada, o questionário, o diário de campo e a história de vida. A amostragem é intencional, do tipo representativo, centrada sobre alguns estudantes / trabalhadores que se dispuseram a participar e colaborar com a pesquisa.

## 3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Vários estudos têm sido feitos no sentido de compreender a relação da educação escolar com o trabalho – formal e/ou informal / informalizado –, enfocando a temática na visão dos educadores, na visão dos governantes ou, ainda, na visão dos organismos internacionais que investem na educação com vistas à preparação de profissionais qualificados.

A exemplo disso, Petrella (2000) apresenta algumas armadilhas a que está sujeita a educação. Segundo seus estudos, a educação está a serviço da formação de recursos humanos, é compreendida como mercadoria, está a serviço de cada indivíduo em face da competitividade mundial, está subordinada à tecnologia e, ainda, é utilizada como legitimação de novas formas de divisão social. Tais armadilhas levam a concluir que a educação escolar é muitas vezes concebida como um instrumento a serviço da crescente industrialização e, portanto, a serviço do capital.

Do ponto de vista de Frigotto (1993, 40), inspirado no pensamento marxista, a situação atual da educação escolar nos países periféricos é basicamente “[...] uma réplica das relações de dominação e submissão da esfera econômica [...]”, uma vez que a educação escolar é utilizada como um mecanismo por meio do qual os sistemas educacionais dos países periféricos efetivam os ditames dos organismos internacionais neocolonizadores – que são os patrocinadores de grande parte dos programas –, quase sempre com o intuito de garantir a divisão capitalista do trabalho.

Nesse contexto, o estudante compreende a escolarização na ótica do capital humano, de modo a conceber a educação como condição básica de mobilidade social e de aumento da renda individual (FRIGOTTO, 1993:51), o que configura a tese básica do modelo econômico concentrador proposto pelos países ricos por meio do Banco Mundial. Assim, percebe-se que ocorre uma inversão de valores. A educação, que deveria ser compreendida como determinante do desenvolvimento e da distribuição de renda, é entendida como o resultado das variações da economia. A economia, por seu turno, é o determinante do acesso à escola, da continuidade, da permanência nos estudos e, até, da qualidade e do desempenho do processo educacional – o que equivale a dizer que “[...] o determinante passa a ser determinado [...]”, como sinaliza Frigotto (1993, 38).

Coraggio (1998, 96), ao analisar as propostas do Banco Mundial para a educação, corrobora a idéia de que o marco teórico-metodológico de tais propostas se fundamenta na teoria econômica neoclássica, que analisa os avanços e/ou fracassos da educação sob a ótica do reducionismo economicista; portanto, compreende a educação como o instrumento principal para promover o crescimento econômico e reduzir a pobreza. Em decorrência disto, observa-se que “[...] estamos recebendo uma assessoria para reformar os nossos sistemas educacionais [...]” (ib., 98). Assessoria, aliás, que leva a escola a se assemelhar com uma empresa. A escolarização é compreendida como investimento, e a eficiência e as taxas de retorno como critérios fundamentais de decisão, pois a proposta do Banco Mundial parte do princípio de que a correlação entre taxas de crescimento

econômico e de indicadores de variação no estoque de capital humano (ib., 98-99) significam que investir em educação representa o caminho para o desenvolvimento.

Desse modo, ocorre o que Frigotto (1996) chama de disputa social ou conflito de classe. De um lado, ficam as perspectivas das classes dominantes, que defendem o interesse de subordinação dos processos educativos ao capital. De outro, ficam as perspectivas das classes trabalhadoras, que, mesmo na condição de dominadas, querem se apropriar de um saber que lhes é necessário para assegurar o desenvolvimento de suas potencialidades, que lhes “[...] permitam uma melhor compreensão da realidade e envolvam a capacidade de fazer valer os próprios interesses econômicos, políticos e culturais” (GRZYBOWSKI, *apud* FRIGOTTO, 1996, 26).

Gílio (2000) analisa a relação do estudo com o mundo do trabalho atrelando sua compreensão ao princípio da mobilidade social. Para ele “[...] a variável educação transforma-se no fator predominante para a mobilidade social ascendente, pois a educação, na mobilidade circular, é o fator de maior impacto sobre o status do indivíduo [...]”. (GÍLIO, 2000, 35). A mobilidade do tipo circular se refere à idéia de competitividade, isto é, para uma pessoa subir é preciso que outra desocupe o lugar. A mobilidade, no entanto, pode ser também do tipo estrutural, que se refere àquela em que para uma pessoa subir basta que haja novas oportunidades ocupacionais no mercado de trabalho, resultantes de um surto de industrialização e/ou crescimento econômico, por exemplo.

#### 4. RESULTADOS

Apesar da pesquisa ainda estar sendo desenvolvida, alguns resultados já se evidenciaram. Os estudantes / trabalhadores, em sua maioria, informam que estudam, porque acreditam que, de posse de um diploma, possam desempenhar funções empregatícias que lhes possibilitem melhorias na sua condição sócio-econômica. Poucos atribuem algum sentimento de prazer ao ato de estudar em si; a maioria entende que o prazer esteja muito mais nos resultados do que no ato de estudar propriamente. Alguns até afirmam que têm ojeriza ao ato de estudar, mas que continuam o processo de escolarização, porque esperam ter, no futuro, algum tipo de retorno, como, por exemplo, uma progressão na carreira profissional, ou mesmo, galgar uma posição de destaque na sociedade. Muitos dos entrevistados defendem que o *status* de um indivíduo é resultante de sua condição econômica, e esta seria ampliada quando se adquirisse um grau mais alto de escolarização.

#### 5. CONCLUSÃO

A partir da análise e interpretação dos dados compreende-se que o sentido da educação escolar na perspectiva do estudante / trabalhador está no entendimento de que a formação advinda da escolarização resulta no crescimento do capital humano e, portanto, da capacidade de empregabilidade do indivíduo, o que pode ocasionar para o estudante / trabalhador uma mobilidade social circular e/ou estrutural. Dessa forma, a escolarização é entendida a partir do princípio de que quanto maior a formação ou capital humano de um indivíduo, maior a sua capacidade de conseguir um emprego cada vez melhor com remuneração cada vez mais alta.

#### 6. REFERÊNCIAS

CORAGGIO, José Luis. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção. In: TOMMASI, Livia de; MIRIAN, Jorge Warde e HADDAD, Sérgio (Orgs.). **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

\_\_\_\_\_. **Educação e a crise do capitalismo real**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_ e CIAVATTA, Maria (orgs.). **Teoria e educação no labirinto do capital**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GÍLIO, Ismael. **Trabalho e educação**: formação profissional e mercado de trabalho. São Paulo: Nobel, 2000.

PETRELLA, Ricardo. Cinq pièges Tendus à l'éducation. Lê monde diplomatique. Paris, out.2000, p. 6 e 7. Disponível em: <[www.modediplomatique.fr/2000/10/PETELLA](http://www.modediplomatique.fr/2000/10/PETELLA)>.